PROJETO DE LEI Nº , DE 2016

(Do Sr. Caetano)

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para excluir os trechos urbanos das rodovias da obrigatoriedade do acendimento dos faróis no período diurno e permitir o uso do farol de rodagem diurna.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação dos artigos 40 e 250 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar o acendimento dos faróis nos trechos de rodovia localizados no perímetro urbano no período diurno e permitir o uso do farol de rodagem diurna nos casos em que se exige o acendimento dos faróis durante o dia.

Art. 2º Os artigos 40 e art. 250 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 40.

I - o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa durante a noite, bem como durante o dia nos túneis providos de iluminação pública e nos trechos de rodovia localizados fora de perímetro urbano;

.....
§ 1º

§ 2º Poderá ser utilizada a luz de rodagem diurna nos casos em que se exige o acendimento dos faróis durante o dia.” (NR)

“Art. 250.

I - deixar de manter acesa a luz baixa:

.....

b) de dia, nos trechos de rodovia localizados fora de perímetro urbano e nos túneis providos de iluminação pública;

.....

Parágrafo único. No caso previsto na alínea b do inciso I é permitido o uso do farol de rodagem diurna.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a década de 70 do século passado, alguns países começaram a exigir o acendimento dos faróis dos veículos durante o dia, para aumentar sua visibilidade e evitar colisões frontais. Estima-se que, durante o dia, um veículo trafegando em sentido contrário com faróis acesos possa ser enxergado a cerca de três quilômetros de distância. A partir de então, estudos comprovaram que os faróis acesos durante o dia podem, de fato, reduzir o número de acidentes, principalmente colisões frontais.

Por esse motivo, atualmente, não apenas os países nórdicos adotam tal exigência, nações vizinhas à nossa como Uruguai, Argentina e Paraguai também aprovaram leis obrigando o uso dos faróis nas rodovias no período diurno. Com a aprovação da Lei nº 13.290/2016, o Brasil passou a fazer parte desse grupo, incluindo essa exigência no Código de Trânsito Brasileiro, bem como a respectiva punição pelo seu descumprimento.

Ocorre que a intenção do Legislador era que essa exigência ficasse restrita às áreas rurais, uma vez que o Anexo I do CTB define rodovia como sendo uma “via rural pavimentada”. Em nosso juízo, pela

interpretação conjunta dos dispositivos do Código, essa exigência jamais deveria valer para os trechos rodoviários localizados em áreas urbanas.

Entretanto, esse não foi o entendimento dos aplicadores da Lei. Em trechos rodoviários que cruzam as cidades, ainda que eles se confundam com a malha urbana, os órgãos de fiscalização estão aplicando multa aos condutores, pelo não acendimento dos faróis.

No Distrito Federal, por exemplo, essa situação é ainda mais grave, uma vez que o poder público local transformou todas as importantes avenidas da cidade em rodovias, exigindo que o condutor trafegue com os faróis acesos em praticamente toda a cidade. Essa situação, convenhamos, não atende ao espírito para o qual a lei foi editada, o de aumentar a segurança do trânsito nas rodovias do nosso País, em razão da melhor visibilidade proporcionada pelo uso dos faróis.

Outro ponto que precisa ser melhor esclarecido é com relação à possibilidade de uso dos faróis de rodagem diurna nas rodovias, uma vez que a Lei não menciona esse tipo de farol quando exige a adoção dos faróis baixos durante o dia.

Diante dessa situação, queremos com este projeto de lei desobrigar o uso dos faróis durante do dia nos trechos rodoviários localizados em áreas urbanas e permitir que se utilizem os faróis de rodagem diurna para todos os casos em que se exige a luz baixa durante o dia.

Pelos motivos apontados e pela urgência que a situação requer, esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas Parlamentares para a rápida aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado CAETANO